

Memórias de um Sargento de Milícias
Educação primária e trabalho livre no tempo d’el-rei
Primary education and free labor at the time of the king

Alexandro Henrique Paixão*

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Departamento de Ciências Sociais na Educação, Campinas, SP, Brasil. ahpaixao@unicamp.br

Resumo

Este artigo, por intermédio da releitura do romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias* (1852-1854), de Manuel Antonio de Almeida, e de um diálogo circunstanciado com o célebre ensaio “Dialética da malandragem” (1970), de Antonio Candido, busca analisar e interpretar a situação da escola e dos ofícios representados ironicamente no romance-folhetim. Tomando a ironia como gênero moral e defensivo, considera-se que a crítica peculiar dirigida à educação e ao trabalho no tempo d’el-rei se constrói dentro de uma perspectiva moralizante e não dentro da lógica do “mundo sem culpa”, característico da dialética da malandragem.

Palavras-chave: dialética da malandragem, escola primária, trabalho livre, literatura oitocentista

Abstract

Through the review of the feuilleton “Memórias de um sargento de milícias (1852-1854), by Manuel Antonio de Almeida, and a dialogue established with the celebrated essay “Dialectic of Malandroism” (1970), by Antonio Candido, this article aims to analyze and interpret the situation of both the school and the crafts ironically represented in the feuilleton. Taking irony as a moral and defensive genre, the peculiar criticism towards education and labor at the king's time is perceived as built within a moralizing perspective, rather than in the “guiltless world” logic, characteristic of the dialectic of malandroism.

Keywords: “Dialectic of malandroism”, primary school, free labor, nineteenth-century literature

Há uma assertiva que diz que as reflexões sobre as sociedades em geral são um longo debate entre abstrações (ou interpretações) e relações concretas, e que há interpretações que satisfazem de tal maneira que dispensam discussões (Williams, 2003, p. 105). Todavia, há interpretações sociais que são pautadas, questionadas e debatidas sempre, sendo constantemente submetidas a novos crivos e mudanças.

Quando sólidas interpretações são revistas, ideias e situações concretas outrora estabelecidas agitam-se em meio a outros enfoques e questionamentos. Interpretações que extraem sua substância das experiências mais concretas da vida, aquelas que a história e a literatura registraram no passado ou no presente, são as que mais têm instigado as pesquisas na área do pensamento social, cultura e educação, partindo do reexame de ideias e tradições intelectuais instituídas, com o objetivo de reavivar o debate a respeito de algumas interpretações consagradas.

A “dialética da malandragem” é uma interpretação consagrada e bastante original que Antonio Candido realizou sobre determinada situação brasileira extraída do romance-folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida. Em seu ensaio intitulado “Dialética da malandragem” (1970), reconhece-se a malandragem por meio da “dialética da ordem e da desordem”, “do mundo sem culpa” e da cultura dos “arranjos sociais” praticados pelos personagens dentro da narrativa.

A despeito de os “arranjos” serem caracterizados como “sociais”, no sentido de socialização de determinadas atitudes e comportamentos, é preciso indicar de saída que, em situações em que prevalece o “arranjar-se”, o conteúdo social das coisas, as situações compartilhadas, as relações mútuas, os aspectos intrincados de sociabilidade, tudo se esvazia e se resolve em função de uma lógica pessoal e de trocas de favores. Considero, aqui, “pessoal”, não como sinônimo de individual, porque nas *Memórias* não existem manifestações desse tipo; antes, vigora o típico, o personalismo e, conseqüentemente, a moralização e um sistema de favor. Todos esses são elementos que bloqueiam, impedem, atrapalham qualquer atitude individual, lembrando que uma experiência individual é mais que meramente individual, ela é social (Adorno, 2009, pp. 46-47). Portanto, em cenários em que o típico prevalece, como no

romance-folhetim que será analisado, as ações individuais-sociais acabam cedendo aos arranjos típicos-sociais mais diversos e moralizantes. Como “tipificação é contrário à individualização” (Auerbach, 2001, p. 190), subentendo que a malandragem brasileira não é resultado de uma ação individual-social, mas um processo típico e moral que o escritor atribuiu, principalmente, a determinado grupo social, os imigrantes portugueses, resultando numa prosa com feições antilusitanas. E havendo, portanto, moralização, como fica a assertiva de Antonio Candido acerca de “o cunho especial do livro [consistir] [interpolação adicionada] numa certa ausência de juízo moral e na aceitação risonha do ‘homem como ele é’” (Candido, 1993a, p. 39). Diante dessa questão, penso que a interpretação da malandragem precisa ser revisitada e compreendida com base em outros aspectos, inerentes ao romance-folhetim. Isso será feito não para refutar a interpretação existente, mas para propor uma discussão sobre existirem algumas camadas de julgamento no romance que demandam ainda análise e interpretação.

Partindo dessas ponderações, e mobilizando pesquisas anteriores,¹ busco retomar a interpretação da malandragem realizada por Antonio Candido a partir de outras bases, pautando-me pelo tema da educação e do trabalho. Não se trata, porém, de realizar um estudo de educação, trabalho e sociedade, nem mesmo fazer um balanço da história da educação e do trabalho no Brasil. Procuo apenas analisar e interpretar a imagem da malandragem que acompanha a situação da escola e dos ofícios no romance-folhetim. Ela parece ser reveladora de uma interpretação dos arranjos típico-sociais brasileiros construídos pela literatura, mas interessantes à sociologia (histórica) da literatura, que visa compreender a questão não somente como “tema sociológico”, mas também como um “problema social” (Candido, 2001, p. 25), a partir das indicações dadas pelo texto. Os fatos literários se tornam problemas dependendo da perspectiva do intérprete, e investigações metodicamente conduzidas tendem a gerar implicações práticas (Candido, 2001, p. 25). Isso significa que toda releitura pode produzir novas compreensões.² São elas que põem as ideias em movimento e em ação, algo orientado para a rememoração de alguns aspectos essenciais da nossa sociedade, representados em uma ficção oitocentista.

Parto, portanto, da explicação provisória que os temas da escola e do trabalho estão revestidos de valores morais, algo que os principais estudos e pesquisas existentes sobre esse

¹ Refiro-me ao Capítulo 2 da minha tese de doutoramento dedicada ao estudo do leitor ficcional das *Memórias de um sargento de milícias*. Ver Alexandro Henrique Paixão (2012).

² Nessa chave, cito como referência o trabalho de Roberto Akira Goto (1988).

romance-folhetim não abordaram. Nesse sentido, existe uma questão a ser reparada, sendo necessário cotejar, antes de prosseguir, a proposição deste artigo diante das tradições críticas existentes.³

As *Memórias de um sargento de milícias* podem ser vistas como um romance que participa da elaboração da consciência ou da mentalidade nacional por meio da construção de um sentimento antilusitano, sendo uma de suas marcas a ironia em relação aos imigrantes portugueses. Conforme ainda irei expor durante a análise da obra, a ironia é uma escolha moral e defensiva do escritor em relação ao tipo português. Esse aspecto defensivo é o que retira a tensão do romance, atenuando, por sua vez, os contrastes, as disputas, os erros e as faltas, produzindo aquela sensação de absolvição e, conseqüentemente, de alívio, fazendo acreditar que os conflitos ficaram dispersos e/ou apaziguados dentro da narrativa. Podemos pensar na chamada “suspensão moral” ou “ausência de juízos” que Antonio Candido enxerga no romance: essa suspensão é efeito da ironia empregada na narrativa folhetinesca, e não propriamente fruto de um romance amoral. Portanto, são resultados de uma elaboração irônica, por princípio defensiva e moralizante, algo escolhido pelo escritor e construído conjuntamente com a mentalidade antilusitana em processo naquele momento em que o romance foi escrito.⁴

Sigo de perto a lição deixada pelo próprio Antonio Candido sobre ser decisiva a presença do elemento português como alternativa ou antagonismo do brasileiro na literatura, com a diferença de que Candido localiza o antilusitanismo somente no Naturalismo (Candido, 1993b, p. 131), enquanto aqui ele já teve presença, de fato, em nosso Romantismo. Com isso, não quero dizer que Manuel Antonio de Almeida espelha a mentalidade antilusitana externa ao romance, como se fosse algo moralmente estabelecido, como acontece em romances como *A letra escarlate*, de Nathanael Hawthorne, que expressa a sociedade moral (religiosa) do seu tempo.⁵ Na verdade, isso não podia acontecer, porque essa mentalidade antilusitana ainda estava em construção, assim como a narrativa “cômica” de Almeida, realizada aos poucos, aos

³ Guardadas as proporções, são referências aqui os seguintes trabalhos sobre as *Memórias de um sargento de milícias*: Candido (1993a), Otsuka (2005), Otsuka (2008a, pp. 01-06), Otsuka (2008b, set./out.), Jarouche (1997) e Jarouche (2007).

⁴ Sobre a ironia com características defensivas, Raymond Williams (2011), num outro contexto, ponderou: “Não é apenas um artifício literário para aceitação bem-humorada. ... É também, não conseguimos deixar de achar, uma artimanha para a baixar a tensão” (p. 249). Acerca da ironia como gênero moral, a referência é Erich Auerbach (2001, p.192).

⁵ Segundo Antonio Candido, uma sociedade moral - “constritora da lei, religiosa e civil” -, como a dos Estados Unidos, encontra expressão no romance *A letra escarlate*. Ver Antonio Candido (1993c, p.50).

pedaços, como mandava a economia do folhetim. Nesse sentido, é como se o escritor captasse um movimento daquela sociedade carioca, o tingisse com suas cores e seu discurso oblíquo em relação aos portugueses e, por fim, desse um sentido particular a ele, colaborando assim com uma “atitude mental” antilusitana em ação naquela sociedade.⁶ Não se trata de uma “sociedade moral”, mas de uma atitude moralizante presente naquele tempo, recolhida e registrada pela pena de Almeida.

E por falar em romance cômico, parte da crítica brasileira é da opinião de que a sátira de Manuel Antonio de Almeida se dirige contra a sociedade no conjunto, ainda que, no plano da representação, a abrangência do romance seja restrita a um setor apenas da sociedade, uma espécie de pequena burguesia. E a questão ali não é corrigir os costumes (Otsuka, 2005, p. 31), uma vez que o escritor não toma partido da ordem e nem da desordem (Candido, 1993a, pp. 44-45), mas apresenta uma visão bastante tolerante, pois as *Memórias de um sargento de milícias*, como mostra Antonio Candido, criam um universo liberto do peso do erro e do pecado.⁷ Leia-se essa última assertiva como um potencial do romance em dispersar conflitos, em suspender os juízos morais. Mas como dispersar conflitos pode deixar as coisas anuviadas de moralismo,⁸ pode-se sugerir que, no lugar de um romance amoral, exista uma construção moralmente peculiar, irônica, construindo-se graças a uma “consciência crítica sólida” do escritor, gerada durante o processo de elaboração do romance, e que segue um movimento da sociedade, criticando o tipo português. Penso aqui no sentido de ironia indicada por Erich Auerbach (2001), isto é, como um meio estilístico insinuante, oblíquo e moldado por uma moral que julga não segundo valores preestabelecidos, mas durante o processo social:

⁶ “[O antilusitanismo] [interpolação adicionada] esteve presente ainda nos movimentos ocorridos durante e após as Regências, ressurgindo nas revoltas dos moradores de cabanas do vale do rio Amazonas, a Cabanagem (1835/1837), e nos discursos de líderes de diversas rebeliões nordestinas, como a Sabinada (Bahia, 1837/1838), a Balaiada (Maranhão e Piauí, 1838/1842) e a Revolução Praieira (Pernambuco, 1848)” (Mendes, 2007, p. 82.). Apesar do caráter persecutório aos portugueses que essas revoltas criaram, não se pode esquecer a importância que tiveram como movimento popular de reação ao elemento colonizador.

⁷ Ver Antonio Candido (1993c, p. 47). Reitero com a explicação necessária de Roberto Schwarz (1987) sobre o assunto: “Acompanhando a circulação das personagens, Antonio Candido nota que elas vão e vêm entre as esferas sociais da ordem e da desordem, e que estas idas e vindas são consideradas com imparcialidade pelo romancista, isto é, sem aderir às valorações positiva e negativa que o campo da ordem costuma estipular para si mesmo e para o seu oposto. A mesma alternância preside à construção da frase, em que há sempre lugar para os dois lados das questões. Trata-se, em plano literário, da suspensão do juízo moral e da ótica de classe que este veicula. ... Entretanto, nas *Memórias* a intuição do movimento histórico não é tudo. Ela alterna com uma estilização de outra ordem, que visa os arquétipos folclóricos da esperteza popular. A tensão entre as duas linhas é a característica do livro e constitui propriamente a dialética da malandragem: a suspensão de conflitos históricos precisos através de uma sabedoria genérica da sobrevivência, que não os interioriza e não conhece convicções nem remorsos. Esta constelação gera a imagem entre fabulosa e real do *mundo sem culpa* [ênfase adicionada]” (pp-132-133).

⁸ Os termos são de Roberto Schwarz, mas em outro contexto. Ver Schwarz (2000, p. 58).

uma consciência crítica sólida e, ao mesmo tempo, elástica e perspectiva, a qual, sem reflexões morais abstratas, confere aos fenômenos o seu valor moral peculiar, cuidadosamente matizado, ou até, faz com que esse valor moral brilhe de *per si* de dentro delas. (p. 192)

Além disso, mesmo que Manuel Antonio de Almeida não tomasse partido da ordem ou da desordem, conforme problematiza Candido, ao expor à sátira seus personagens dentro da narrativa, o escritor não está livre do moralismo, pois os tipifica. E ao eleger tipos sociais específicos, conforme irei demonstrar na situação da escola e do trabalho, trata uns com mais ironia e sátira do que os outros, criando uma caricatura social especialmente do tipo português.

Assim como “a política pode passar a ser fundamentalmente moral” (Habermas, 2003, p. 132), a literatura também pode deixar de ser somente figuração e passar a ser juízo,⁹ recriando uma mentalidade oblíqua sobre os portugueses. Talvez seja excessivo falar de uma “moral mundana”,¹⁰ mais ainda de individualização do personagem português, porque individualização, reitero, é o contrário de tipificação (Auerbach, 2001, p. 190). São, na verdade, juízos emitidos e construídos pelo escritor em reação a determinada situação histórica, embora o resultado não seja o exame e a descrição mais concreta de uma camada social; ao contrário, trata-se de uma estilização e tipificação dos personagens portugueses, na medida em que não ultrapassa os limites do estilo satírico, ou seja, procura não se envolver com problemas da estrutura social brasileira de feições estamental-escravistas. Podemos chegar a um conhecimento desses juízos e dos tipos, interpretando alguns aspectos do romance.

Memórias de um sargento de milícias – publicado pela primeira vez em folhetim no jornal *Correio Mercantil* (27 jun.1852 – 31 jul.1853) e editado em livro em 1854 –, sobreviveu ao seu tempo e nos desafia hoje a compreender outros assuntos internos, sugeridos por sua leitura e interpretação.

Para analisar a forma como nesse romance a educação primária e o trabalho foram recriados no texto de maneira valorativa, passarei agora ao comentário textual desses dois elementos temáticos, combinando a interpretação do texto com algumas explicações

⁹ A assertiva de Schwarz (2000) vai em outra direção: “Literatura não é juízo é figuração” (p.42).

¹⁰ Para ser mundana, a moral em Manuel Antonio de Almeida teria que tomar parte e orientar a fundação moral da nação, pós-independência. Nesse sentido, o antilusitanismo em questão teria que se desprender da descrição satírica e passar a orientar a prescrição de novos valores (axiologia), mas não é isso o que está acontecendo nas *Memórias*. Sobre a moral mundana a referência é Pedro Meira Monteiro (2004).

biográficas que considero necessárias para compreender a moldura ou a atmosfera social antilusitana recriada nesta produção literária oitocentista.

A história do personagem começa de maneira bastante cômica: uma criança fora gerada entre uma “pisadela” e um “beliscão” durante uma viagem de navio de Lisboa para o Rio de Janeiro. Seus pais eram Leonardo Pataca, um emigrante português que ocuparia a posição de meirinho na cidade, e Maria da hortaliça, uma ilhoa que, depois de emigrar, dar à luz e batizar seu filho em terras brasileiras, acabou abandonando a família para retornar a Portugal nos braços de um capitão de navio. “Foram saudades da terra”, comentou ironicamente o Compadre, outro personagem. Trata-se de um homem de cuja origem não sabemos, que levava uma vida modesta, apesar das “patacas” arrançadas depois que uma herança veio cair, indevidamente, em suas mãos. Ele realizava o ofício de barbeiro e ficou com a guarda do menino, depois que o pai deste caiu em desespero e resolveu expulsá-lo de casa ainda nos primeiros anos de vida. O motivo da angústia paterna não era a fuga de Maria, mas uma paixonite por uma Cigana, levando o português a se meter em apuros para satisfazer seus desejos imediatos. Nessa altura do romance, ficamos sabendo que um velho tenente-coronel, que viera com a Corte para o Rio de Janeiro, era o pai de Leonardo Pataca e avô do menino, responsável tanto por livrar Leonardo da prisão, por conta da Cigana, quanto por apresentar ao leitor da época a linhagem “nobre” do emigrante meirinho. Aliás, no romance, a metáfora meirinho, segundo Mamede Mustafa Jarouche, pode significar caixeiro.¹¹ Talvez seja mais correto dizer primeiro-caixeiro, pois assim eram chamados alguns oficiais de justiça no Brasil oitocentista.¹² Continuando: a paixonite entre Leonardo e a Cigana, que não passa de uma personagem secundária, serve de mote para o narrador lembrar que, assim como os “emigrados de Portugal”, vieram também ao Brasil os ciganos: considerados gente ociosa, aproveitadora, astuta e que se assenhoreava da vida dos outros, como fazem os estrangeiros.¹³

¹¹ Tomo como parâmetro a tese de Mamede Mustafa Jarouche (1997, p. 277, nota 487), um dos intérpretes das *Memórias*.

¹² No século XIX há diferentes qualificações para o tipo caixeiral: caixeiro de balcão (encarregado das vendas nos balcões pelos comerciantes a retalho); caixeiro de fora ou de porta-fora (encarregado das cobranças e das vendas fora do estabelecimento, geralmente acompanhado de um escravo); caixeiro de escritório (encarregado do expediente e de todo o trabalho de escritório, como cópias de cartas, faturas, de letras, ou das compras e vendas em grosso ou por atacado) e o primeiro-caixeiro, que realiza atividades de escrituração, encaminha ofícios e decisões, o que nos remete à figura do meirinho ou oficial de justiça oitocentista. Sobre as diferentes classificações do ofício de caixeiro, ver Lenira Menezes Martinho (1993, parte 1).

¹³ É célebre o texto em que Jean-Baptiste Debret caracteriza os ciganos do Rio de Janeiro, da época de D. João VI, como gente ociosa e aproveitadora. Há também uma gravura na qual o artista figura a presença desses estrangeiros “mal intencionados”. Ver Jean-Baptiste Debret (1978a, pp. 262-266). Não vem ao caso estabelecer uma relação entre as *Memórias* e Debret, embora outros estudiosos o tenham feito: destaque, por exemplo, o

Deles e de todos aqueles que eram aproveitadores, arruaceiros, vadios, irá ocupar-se a Comadre, outra personagem do romance: parteira, brasileira e cuja missão é livrar os Leonardos (*pai e filho*)¹⁴ de todas as suas aventuras, traquinagens, apuros e estabelecer a ordem na narrativa; porque a desordem está sempre presente e é algo constitutivo do espírito aventureiro dos portugueses (Holanda, 1982, p. 13). Ainda sobre as personagens, destaco o temido major Vidigal, que controla e/ou vigia todas as aventuras ou malandragens dos emigrados, mas também dos brasileiros. Ele tem também a função de manter a ordem na sociedade do tempo de “el-rei” – corresponde, cronologicamente, ao período de transição entre a Regência e o Segundo Reinado (Candido, 1993a, p. 29; Martins, 1977, p. 477). Na narrativa existe, ainda, um personagem rico, D. Maria, e que nessa situação irá permanecer. Mas ser rico nas *Memórias* não implica exercer o controle do mando;¹⁵ significa ter os recursos para se esgueirar da lógica do favor, recorrendo às posses e a algum prestígio social, que são garantias de que algumas “demandas” serão atendidas. Além da senhora rica há a menina Luisinha (sobrinha de D. Maria), José Manuel (o trapaceiro), Vidinha (futura amante de Leonardo filho), Maria Regalada (amor da juventude do major Vidigal) e uma multidão de outros personagens secundários (a Vizinha, o Mestre de Reza, Chico-Juca etc.), que aparecem, trazem a ordem e a desordem à narrativa, e desaparecem da história, sem que o leitor se dê conta de sua chegada e de sua partida. Todos esses orbitam em torno dos dois Leonardos, o imigrante e o desterrado, o pai e o filho, dois aventureiros do tempo do reino. Tudo isso até o

importante comentário de Astrojildo Pereira, citado por Edu Teruki Otsuka (2008), lembrando que a intenção do intérprete era apresentar o aspecto documental do romance.

¹⁴ Devo dizer que o leitor da época conheceria o nome do herói da narrativa, Leonardo, somente no dia 11 de outubro de 1852, no capítulo XVIII, três meses depois de iniciada a publicação do folhetim. Vale indicar, como forma de ilustração, que este descuido serve de mote para Wilson Martins caracterizar estruturalmente a narrativa como “farsa teatral”, à maneira de Martins Pena, sobretudo porque o personagem é anônimo e serve para introduzir as cenas e os episódios de costumes. Ver Wilson Martins (1977, pp. 477-482). Entretanto, com base no que José Guilherme Merquior (1979, p. 62) escreveu sobre as farsas de Luís Carlos Martins Pena (1815-1848) estarem filiadas ao “cômico aristofânico”, no lugar do cômico à maneira de Molière, da comédia de caracteres, considero o romance de Almeida como um romance cômico, filiado tanto às tradições europeias quanto a uma parcela da produção satírica da primeira metade do século XIX. Nessa última incluo Martins Pena, mas não somente ele, conforme sugere Antonio Candido (1993a): “para compreender um livro como as *Memórias* convém lembrar a sua afinidade com a produção cômica e satírica da Regência e primeiros anos do Segundo Reinado –, no jornalismo, na poesia, no desenho, no teatro ... quando começam a florescer jornaizinhos cômicos e satíricos, como *O Carapuço*, do Padre Lopes Gama (1832-34; 1837-43; 1847), e *O Novo Carapuço*, de Gama e Castro (1841-42)” (p.29).

¹⁵ “girando em volta do malandro, o romance não trata de escravos nem das camadas dirigentes, que no entanto eram as classes básicas da sociedade do tempo” (Schwarz, 1987, p. 131).

final do capítulo XXII.¹⁶ A partir daí, a figura paterna perde sua centralidade e a narrativa se concentra em Leonardo filho, embora outros personagens, como José Manuel, ganhem destaque. Para nosso objetivo *não* será necessário analisar todos os capítulos, mas me concentrarei em alguns momentos-chave, em que se destacam a questão da educação primária e a do trabalho livre.

Leonardo Pataca é um tipo de primeiro-caixeiro, o compadre é barbeiro, a comadre é parteira, Vidigal é major, o Chico-Juca é valentão. Amplie-se isso para o título “sargento de milícias” e ficaremos com a impressão de que tudo é trabalho ou ocupação dentro da narrativa. Atento para o fato de que não está em questão no romance o ideal de trabalho, próprio do tipo trabalhador, a outra face do tipo aventureiro.¹⁷ Se quisermos ver algum espírito do trabalho em Leonardo Pataca, não poderemos sair do primeiro capítulo, porque depois dele, ao longo do romance, o escritor dá mais espaço ao tipo aventureiro, que despreza o trabalho livre e qualquer esforço, como acontece ao seu filho, Leonardinho.

No Brasil, durante o Primeiro e Segundo Reinados, coexistiu com o regime da escravidão o trabalho livre de homens brancos nativos e dos caixeiros, esse último ligado a atividades comerciais dos imigrantes portugueses. Prova disso é o número de associações existentes lutando pela organização do trabalho livre na sociedade carioca, como a dos caixeiros portugueses (Martinho, 1993, pp. 49-50). Contudo, o trabalho dos caixeiros, apesar de lembrar uma relação “burguês-capitalista”, por conta das questões mercantis, ainda estava preso aos moldes patriarcais, na medida em que serviam a um patrão, a quem deviam obediência, lealdade, favores, pois sua sobrevivência e ascensão dependiam da vontade do empregador:

O cuidado dos caixeiros em reforçar o aspecto comercial de sua Sociedade tinha muito a ver com o caráter patriarcal das relações de trabalho. Este cuidado refletia ... que, se de um lado, sentiam a necessidade de se unirem e defender seus interesses, percebiam, do outro, o quanto estavam ligados ao patrão, cujos valores adotavam como seus. (Martinho, 1993, p. 47)

¹⁶ Até aqui e em todo o artigo, utilizo como referência o texto das *Memórias de um sargento de milícias* publicado no *Correio Mercantil* (1852-1853). A fonte é a reprodução impressa reunida por Mamede Mustafa Jarouche (1997, “Anexos” a partir da p. 336).

¹⁷ “as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem // ... as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhe parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador” (Holanda, 1982, p. 13).

A ascensão dos caixeiros na ordem escravocrata acontecia por intermédio de casamentos com as filhas ou viúvas dos patrões comerciantes, de sociedades com os próprios negociantes já estabelecidos, de herança ou de sua competência pessoal (trabalho e poupança) (Martinho, 1993, pp. 56-57). Entretanto, em todos os casos, o tipo caixeiral dependia dos favores compartilhados com seus patrões ao longo do exercício do seu ofício. Sua mobilidade social, portanto, passava pelo mesmo processo do “arranjar-se” de que trata Manuel Antonio de Almeida em seu romance: envolvia laços de solidariedade, um pouco de esperteza e adesão total ao mundo do patrão. Esses padrões pouco rígidos de conduta são alvos de crítica da literatura na época, seja no teatro de Martins Pena, em que muitos personagens são caixeiros, seja no romance de Almeida que estou analisando, no qual ser imigrante, português e caixeiro é sinônimo de esperteza, de sagacidade, de ociosidade e de mobilidade social, vide o exemplo do primeiro-caixeiro Leonardo Pataca. O “arranjar-se” é uma marca da sociedade brasileira oitocentista, ela está em todos os lugares: onde havia um homem livre, fosse ele ocioso ou trabalhador, lá estavam o arranjar-se e a possibilidade de mobilidade social. Manuel Antonio de Almeida, sabendo disso, aponta essa questão estrutural brasileira de maneira irônica por meio do tipo português nas *Memórias*: satiricamente expõe que, entre todos os tipos sociais espalhados na sociedade carioca que figurou, os imigrantes portugueses, onde encontramos o tipo caixeiral, eram aqueles que mais se beneficiavam das relações comerciais e de favores e, nessa medida, ascendiam socialmente.¹⁸

Logo, posso falar do trabalho livre no Brasil Império, mas não de divisão do trabalho social.¹⁹ Tal realidade era, de algum modo, figurada pela literatura: em se tratando de um romance de costumes como as *Memórias de um sargento de milícias*, que funde elementos referenciais de contexto e os ficcionais, o escritor recria uma situação do trabalho semelhante à da sociedade do tempo de el-rei e a do seu tempo.²⁰ Ali, apesar de Almeida expor tantas

¹⁸ Devo destacar que essa situação de favorecimentos dos caixeiros enobrecidos está circunscrita aos limites do espaço urbano da capital do Império, não vindo ao caso a questão da ascensão social dos portugueses no campo, especialmente, no contexto de passagem da Colônia ao Império. Sobre este assunto em particular, ver João Fragoso e Manolo Florentino (2001).

¹⁹ Sidney Chalhoub (1986, p. 27) caracteriza o período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX como um processo de transição de relações sociais do tipo “senhorial-escravista” para relações do tipo “burguês-capitalista” na cidade do Rio de Janeiro.

²⁰ “Embora não seja um romance histórico como *O guarani* ou *A Guerra dos Mascates*, de José de Alencar, a ação, nas *Memórias*, decorre igualmente de um tempo anterior ao da narração, que se situa em seu próprio tempo presente” (Jarouche, 2007, p. 50).

profissões (meirinho, barbeiro, parteira, major etc.), elas não passam de ofícios (*métier*); dessa forma, estão mais para o artesanato do que para a profissão, conforme distinção feita por Ortiz (2003, p. 188). Por isso, o trabalho não existe nas *Memórias*: o trabalho faria parte, talvez, das *Memórias*, caso os escravos tivessem papel relevante nas cenas e nos conflitos do enredo. Em nenhum momento, porém, os conflitos são provocados ou resolvidos por um escravo. E suprimindo este, o escritor elimina quase totalmente a divisão de classes, isto é, o trabalhador e seus opositores, os escravos, os círculos dirigentes e o mando (Schwarz, 1987, p. 132). Resulta que o trabalho não é elevado à categoria de problema social, e a falta de significado na narrativa parece ter relações com o estilo satírico – que afasta qualquer coisa que pudesse lembrar complicações, problemas, conflitos, etc.²¹ – e com a vida ressentida do escrito, assunto que ainda irei discutir mais adiante.

Não havendo divisão de classes, no sentido de luta de classes, o que existe nas *Memórias* é uma sutil organização social entre imigrantes e brasileiros: há um representante dos ricos, na figura de D. Maria; uma porção de representantes dos estratos médios (os Leonardos, Vidigal, Compadre, Comadre, José Manuel, etc.) e os pobres (Chico-Juca, os Ciganos, Vidinha, etc.); alguns brancos, outros mestiços, mas todos são livres e realizam ofícios.

Trata-se dos “ofícios” de “valentões” e “honestos cidadãos”, como Chico-Juca e, principalmente, Leonardo Pataca:

Ser valentão foi em algum tempo officio no Rio de Janeiro; havia homens que vivião disso: davão pancada por dinheiro, e iam a qualquer parte armar de propósito uma desordem, contando que se lhes pagasse, fosse qual fosse o resultado.

Entre os honestos cidadãos que nisto se ocupavão, havia, na época desta história, um certo Chico-Juca, afamadíssimo e temível.

[...] estava na porta da taverna sentado sobre um sacco quando appareceu-lhe Leonardo.

– Olá, mestre pataca! disse elle apenas o viu, pensei que ainda estavas de chilindró tomando fortuna por causa da cigana... (Almeida, 1852, capítulo XIV, citado por Jarouche, 1997, Anexos)

A história da Cigana é antiga, o leitor só não sabe que, por conta dessa aventura, Leonardo foi parar na cadeia. Apesar disso, não estava ainda satisfeito com o resultado da sua

²¹ Dentro da sátira “tudo o que, psicológica ou sociologicamente, possa lembrar complicações sérias ou até trágicas – deve ser afastado: destruiria o estilo pelo seu sucessivo peso” (Auerbach, 2001, p. 27).

paixonite, tanto que queria vingar-se da “rapariga”, que acabou trocando um “honesto cidadão-valentão” por outro. Por conta disso, Leonardo Pataca acaba recorrendo ao Chico-Juca para resolver o problema de seu adversário e ganhar novamente os carinhos da Cigana.²² Estamos no capítulo XIV, e tanto o leitor oitocentista como o contemporâneo estarão prestes a saber que a vingança de Leonardo não se dá por inteiro: a despeito de o oponente ter sido humilhado, o personagem não recebe o troféu de ter a Cigana novamente nos seus braços, antes prova o abandono pela segunda vez, o que o leva ao desespero. Desespero próprio de um homem bastante sentimental, comenta o narrador. Mas o que significava ser um homem sentimental? Implicava ser alguém que não fazia mais nada a não ser perseguir o rastro da sua amada:

Se a via na janella, ora parava na esquina a dirigir-lhe olhares supplicantes; passando por junto della deixava ora escapar um magoadissimo suspiro ou uma queixa amargurada.

Todas estas scenas, desempenhadas por aquella figura do Leonardo, alto, corpulento, avermelhado, vestido de casaca, calção e chapéu armado, tão cômicas, que toda a vizinhança se divertiu com ellas por alguns dias. (Almeida, 1852, capítulo XV, citado por Jarouche, 1997, Anexos)

Esse homem que vive do ócio, que tem uma imagem cômica para o narrador e é motivo de comentários dos vizinhos, era sinônimo do próprio aventureiro, cujos esforços irresponsáveis visavam atingir apenas seus propósitos lascivos e mergulhar no ócio. Daí não ligar para nada, como a prisão ou o envolvimento (rixa) com um personagem tão temível quanto Chico-Juca, para alcançar o resultado que desejava. Manuel Antonio de Almeida figura, por meio de Leonardo Pataca, um personagem valente às avessas e que tira o máximo proveito das situações no instante em que faz parte delas. Foi assim com a pisadela e o beliscão, foi assim com a Cigana e com as demais relações amorosas e eróticas em que o personagem se envolveu. Claro que há nele sempre um sofrimento inicial, depois que suas paixões se acabam ou são frustradas, mas nenhuma complicação séria perdura, pois ela seria demasiadamente pesada para a atmosfera satírica ali em construção. É afastado, portanto, tudo o que é profundamente problemático, como o mundo do trabalho, e no lugar são mantidos o ócio e a rixa (Otsuka, 2008, pp. 65-86). Mas ócio e rixa não devem ser vistos como elementos constitutivos de um “mundo sem culpa”, pertencem, antes, ao esquema irônico e valorativo de tipificar, principalmente, o elemento português dentro das *Memórias*.

²² Sobre a questão da rixa e do ócio dentro das *Memórias*, ver Edu Teruki Otsuka (2008, pp. 01-06).

Essa questão nos remete, mais uma vez, à tese da neutralidade moral que Antonio Candido e, depois dele, Roberto Schwarz, enxergam nas *Memórias*. Da minha parte, reitero, leio o romance em outra chave: considero que o movimento de escalada e de descida, o vaivém, as idas e vindas, bem como a confirmação da ordem, no exemplo da ascensão de Leonardo, *conferem valoração aos personagens e às coisas*. Como nessa passagem, em que a metáfora do “valentão” e do “honesto cidadão”, Leonardo Pataca, faz alusão ao tipo caixeiral.

“Valentões”, pois a maioria dos caixeiros portugueses chegados ao Brasil deixava o “terrunho” ainda na infância e na juventude e emigrava para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e sucesso comercial.²³ Aqui se instalavam e tentavam a sorte como aprendizes de caixeiro, descobrindo muito cedo a astúcia e a honestidade que detinha todo tipo de comerciante, conforme denunciavam as publicidades e as caricaturas da época.²⁴ Sem temer as desventuras e o destino incerto, tais valentões, aventureiros e, depois, comerciantes “honestos” ou caixeiros de toda monta, como “tipos”, acabaram sendo alvo da sociedade daquele tempo.

Exemplo disso são algumas notícias e charges antilusitanas que saíram em jornais oitocentistas: espalhou-se por toda a sociedade carioca a notícia de que os honestos caixeiros estavam vendendo produtos embutidos que continham carniça e até carne humana. Para ironizar ainda mais o tipo caixeiral, o jornal *Marmota Fluminense* apresentou uma charge (“O horror que causa um chouriço”) na qual um enorme chouriço passeia pelas ruas da cidade, enquanto as pessoas fogem apavoradas (Jarouche, 2007, p. 16). Tal charge, assim como as *Memórias*, traz distintamente a imagem social cômica que existe sobre o tipo caixeiral português na sociedade brasileira oitocentista.

Enfim, para dar mais exemplos de como o escritor cuidou de criticar peculiarmente o personagem tipicamente português, nossos “honestos cidadãos”, passo ao tema da educação.

A primeira ocorrência do tema ocorre no capítulo III, seguindo pelo capítulo VIII, alcançando o XII, o XIII (na edição do romance-folhetim publicado no jornal *Correio Mercantil*,

²³ A síntese é de Sérgio Buarque de Holanda (1995): “Ao abandonar o terrunho, o campônio português, em geral analfabeto, na incerta esperança da aventura brasileira, ignorava as condições deploráveis em que na maior parte dos casos, iria trabalhar e morrer, ocupando, se não de direito, pelo menos de fato, o lugar do escravo” (p. 211, tomo 4).

²⁴ Acerca do antilusitanismo relacionado ao humor e à caricatura, ver Lustosa e Triches (2011, pp. 251-269).

tais capítulos foram publicizados no dia 15 de agosto de 1852) e novamente no capítulo XII,²⁵ intitulado “Mudança de vida”.

Vejamos então um primeiro momento:

Gastava às vezes as noites em fazer castellos no ar a respeito delle; sonhava-lhe uma grande fortuna e uma elevada posição, e tratava de estudar os meios que o levassem a esse fim. ... Seria talvez bom manda-lo ao estudo... porém *para que diabo serve o estudo?* [ênfase adicionada]. Verdade é que elle parece ter boa memória, e eu podia mais para diante mandá-lo a Coimbra... mas também que *diabo fará elle em Coimbra?* [ênfase adicionada]. licenciado? não: é máo officio; letrado? era bom... sim, *letrado*... mas não; tenho zanga a quem me lida com papéis e demandas... [ênfase adicionada]. Clérigo?... um senhor clérigo é muito bom... é uma cousa muito séria... ganha-se muito... póde vir um dia a ser cura. Elle está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o ir *desasnando* [ênfase adicionada]. aqui mesmo em casa, e quando tiver 12 ou 14 anos há de me entrar para a escola.

Tendo ruminado por muito tempo esta, um dia de manhã chamou o pequeno e disse-lhe:

– Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 anos); é preciso que aprenda alguma cousa para vir um dia a ser gente.

Esse excerto, do capítulo III, traz uma exposição satírica do tema da educação: o estudo não serve para nada e o que importa é alcançar uma posição de prestígio, de *status* social, de preferência, sem que muito esforço seja empregado para isso. O dinheiro (“uma grande fortuna”) também aparece como uma questão de *status*, o que não deixa de ser algo bastante curioso, afinal o dinheiro não era tudo no Brasil oitocentista. Não que ele não existisse naquela época; ao contrário, não apenas existia como “era casado ao prestígio social, mas não era, em si, traduzido em bens ou rendas, que explicassem a honra da supremacia. Esta existia fundada em outras bases – tradição, modo de vida, educação e origem fidalga” (Faoro, 2001, p. 15). Se nas altas camadas sociais o dinheiro representava bem pouco, nos estratos mais baixos, nos quais encontramos os supostos “trabalhadores livres”, como o Barbeiro, o dinheiro acabava assumindo um valor social, ou melhor, valor de troca, além de ser um signo de arrivismo social. O arrivismo, aliás, contrasta com a questão da educação, afinal, o estudo não era garantia de nada; antes, devia ser banalizado, pois servia apenas para “desasnar” a criança, que, dessa forma, é associada a um asno, conhecido, figurativamente, como aquele que não tem inteligência. Na verdade, a escola possui um único atributo no romance: a ela é atribuído um valor no momento em que a idade da criança passa a reger as

²⁵ Há um erro de publicação no dia 22 de agosto de 1852, pois o correto seria capítulo XIV. Contudo, o capítulo XIV aparece duas semanas depois, no dia 12 de setembro de 1852, com o título “Estrallada”.

coisas, o que significa que a educação não tem significado social, é apenas um dos estágios da evolução natural da criança (“fator biológico”).

Resta ainda comentar outras expressões e/ou palavras em destaque no excerto: são marcadas pela ironia e pelo aborrecimento em relação ao estudo (“para que serve...?”) e aos letrados, com destaque para a “zanga” que o personagem Barbeiro tem de quem lida com papéis e demandas – não é excessivo lembrar que, para além da narrativa, mexer com papéis e demandas era também função de primeiro-caixeiro, mais conhecido como oficial de justiça ou meirinho. Somo essa manifestação ao uso pejorativo da palavra-chave “Coimbra”, para ter mais um indicativo dos juízos peculiares emitidos contra o tipo português.

Como vemos, juntamente com o discurso insinuante e oblíquo que acompanha os elementos portugueses, sobressai a questão da instrução. Cito outro momento do romance: “[o compadre] [interpolação adicionada] applicava-se a trabalhar na realização dos seus intentos, e começou por ensinar o A B C ao menino; porém, por primeira contrariedade, este empacou no F, e nada o fazia passar adiante”.

Estamos no capítulo VII, publicado no dia 25 de julho de 1852. Na altura em que o romance se encontrava, o leitor daquela época sabia que o herói da história havia recebido os primeiros cuidados do Compadre, cuja missão inicial fora colocar alguma ordem na vida do pequeno aventureiro ou “vadio-tipo”, começando por mandá-lo à escola. Mas o que o leitor oitocentista ainda não sabia (teria que aguardar as próximas publicações no rodapé do jornal), era que o Compadre estava transmitindo ao menino as suas próprias experiências: ele também tinha aprendido o ofício e o “milagre” de ler e escrever com um homem que não era o seu pai, mas um barbeiro que o apadrinhou, quando ainda era menino. Este extraordinário legado, o da instrução, o Compadre não podia deixar de transmitir ao garoto; a virtude do trabalho, porém, ele não queria passar adiante, uma vez que não imaginava o menino um barbeiro “sangrador”, mas um clérigo, tanto que intentava mandá-lo estudar em Coimbra na juventude, o que era um costume das famílias ricas do Rio de Janeiro. Mas a riqueza não era o forte desse personagem; ao contrário, o Barbeiro era um homem simples, espécie de representante da “classe trabalhadora” na narrativa, ainda que os verdadeiros trabalhadores do tempo do rei, os escravos, estejam ausentes do romance.²⁶

²⁶ Ver Roberto Schwarz (1987, p. 132). Deve-se destacar que durante o reinado de D. João VI, segundo Jean-Baptiste Debret, os barbeiros eram em sua maioria negros ou mestiços, ofício exercido, na maioria das vezes, por

Como se observa, é dada alguma ênfase ao tema da educação: evidenciam-se tanto o esforço do Compadre em iniciar Leonardo nas primeiras letras, quanto suas limitações diante do aprendizado do abecedário. O riso marca toda essa passagem, e a ironia desponta num trocadilho: enquanto as famílias ricas brasileiras mandam seus filhos para estudar em Lisboa, garantia de um futuro certo, as famílias pobres de Lisboa e do restante de Portugal mandam seus filhos para trabalhar como caixeiros no comércio, algo que acontece com o emigrado Leonardo Pataca.

Vimos que parte da crítica brasileira, portanto, é da opinião de que a sátira de Manuel Antonio de Almeida não visa corrigir os costumes (Otsuka, 2005, p. 31), uma vez que o escritor não toma partido da ordem, nem da desordem, mas apresenta uma visão bastante tolerante, ao criar um universo liberto do peso do erro e do pecado (Candido, 1993a, pp. 44-47). Contudo, reitero, mesmo que Manuel Antonio de Almeida não tomasse partido da ordem ou da desordem, conforme problematiza Candido, ao expor ironicamente seus personagens dentro da narrativa, o escritor não está livre do moralismo, pois os tipifica e produz com isso um riso anônimo a cada publicação no rodapé do *Correio Mercantil*. Além disso, ao eleger tipos sociais específicos no desenrolar de cada capítulo, trata alguns com mais ironia e sátira do que os outros, construindo uma caricatura social do tipo português. Diante disso, é preciso fazer três considerações:

1º) o ato de rechaçar qualquer pessoa se constrói dentro do registro da moral, e esse tratamento dado ao povo português é algo próprio de uma cultura antilusitana em desenvolvimento no Brasil;²⁷

2º) as causas desses julgamentos não são morais abstratas, no sentido de corrigir costumes baseados em valores preestabelecidos, mas são motivadas pelo processo de construção do romance e pelo posicionamento do escritor diante dos homens e do mundo, que também estava em andamento, revelando uma “consciência crítica sólida”;

escravos de ganho e libertos. Ver Jean-Baptiste Debret (1978b, p. 212, tomo II). Contudo, não sobressaem no personagem Compadre traços negros e/ou mestiços.

²⁷ Vale lembrar que o antilusitanismo se manifestou no Brasil muito antes da emancipação política: a Guerra dos Emboabas (1708), a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolução Pernambucana (1817) foram ações antiportuguesas contra a exploração econômica do território brasileiro pelo colonizador. Mas foi, sobretudo, no período pós-independência, com as “guerras da independência” e o segundo processo emigratório (1850), que o antilusitanismo ganhou forma de publicidade e alcançou a maioria da população leitora – entre ela, os próprios imigrantes – através dos jornais, panfletos, etc. Ver Alexandro Henrique Paixão (2012).

3º) o julgamento nasce de condições específicas, como motivos socioeconômicos, por exemplo, o privilégio e o enobrecimento dos emigrantes portugueses em detrimento da satisfação das necessidades dos homens livres brasileiros,²⁸ dentre eles, o próprio Manuel Antonio de Almeida, que foi um sujeito que passou ao largo da tutela Imperial.

Sua correspondência é reveladora dessa questão:

[Carta a Quintino Bocaiúva] não posso entretanto estar em circunstâncias mais desesperadas; todos os dias se me vence um vale, uma conta, uma letra, que não pago porque não tenho com quê, e que ficam adiados para o dia seguinte me caírem em cima de novo. Ainda não mudei pra Sto. Amaro por não ter dinheiro. Por mal de pecados, estou reduzido à metade do que ganhava, porque me levaram as provas da Tip., o que quer dizer que tenho rebatido o que era propriamente ordenado, estou literalmente sem vintém.²⁹

[Carta a Quintino Bocaiúva] Previne ao Saldanha [Joaquim Saldanha Marinho] que tenho em 150\$ a importância dos dois volumes de tradução que mandei, e que já o *Diário* começou a publicar, dei aqui uma carta de ordem contra ele na importância de 100\$000, que lhe será apresentada de quinta-feira em diante. Se o que já estiver publicado até essa data ainda não importar nos cem mil RS. Tenha ele a bondade de adiantar a diferença por conta do que ainda estiver por publicar.³⁰

[Carta a José de Alencar] Para empresa porém de sem.^e vulto, sabe V. muito bem que não bastam unicam.^e os recursos particulares; se não houver auxílio oficial nada se poderá levar a efeito. Tínhamos pensado a princípio em pedir às Câmaras um auxílio de loterias, e já se havia disposto tudo para isso, quando nos ocorreu a lei do ano passado, que acabou com esse modo de auxílio oficial... É nisto que V. nos pode prestar a maior utilidade, não só pelo seu voto simples como Deputado, mas principalm.^e como membro da comissão do orçamento.... Não trago isto para pesar sobre o seu espírito com autoridade de gênero algum, mas unicamente para pô-lo ao corrente do estado do negócio.³¹

²⁸ Um dos privilégios dos portugueses era os favorecimentos jurídicos, como a criação da lei nº 396, de 02 de dezembro de 1846, intitulada “Lei dos Caixeiros”: isentava os comerciantes portugueses de pagar alto tributo no valor de 120 contos de réis ao governo, mas não livrava, mais uma vez, outros negociantes, como os franceses e os ingleses, já prejudicados no Tratado de Paz e Aliança, de 1825. Para esses e outros assuntos sobre os privilégios portugueses e o antilusitanismo, ver Alexandro Henrique Paixão (2012).

²⁹ A carta foi endereçada ao amigo no sentido de pedir ajuda depois que Almeida foi exonerado do cargo de administrador da Tipografia Nacional, que ocupara desde 1857 (Almeida, citado por Lajolo & Zilberman, 2001, p. 80, nota 16).

³⁰ Esta tradução de que trata Almeida em 1861, ano de sua morte, é a continuação da tradução do livro de Charles Ribeyrolles, *O Brasil Pitoresco*, iniciada em 1859 (Almeida, citado por Lajolo & Zilberman, 2001, p. 80, nota 16).

³¹ Esta solicitação de ajuda do governo, na figura de Alencar, ainda se refere à continuação da tradução de *O Brasil Pitoresco*. Ver Carta Manuel Antonio de Almeida (citado por Lajolo & Zilberman, 2001, p. 81, nota 17).

Abstenho-me de entrar no mérito das diferentes questões arroladas nas cartas, para me concentrar num único argumento: trata-se, aqui, de um escritor que, no final da década de 1850, precisa recorrer aos amigos e ao governo para que lhe propiciem trabalho e favores para sobreviver (o trabalho e a competência intelectual são a condição de existência de escritores como Manuel Antonio de Almeida). Esse *ethos* pode ser percebido dentro de sua obra romanesca na dicotomia trabalho e aventura que ele expõe por meio de seus personagens, com a diferença de que eles, assim como o tipo caixeiral tratado com ironia, conseguem se arranjar, enquanto o escritor, individualmente, não. Lembro que o sistema dos “arranjos sociais” impede qualquer tipo de ação individual-social, em compensação valoriza (ou moraliza) as trocas de favores.

A questão do trabalho, da necessidade de se ter um ofício para sobreviver, revela um escritor fora das regras do patrocínio oficial que vigoravam no Brasil oitocentista. Mais explicações podem ser encontradas em sua biografia.

Manuel Antonio de Almeida nasceu no Rio de Janeiro (17 nov.1831) aparentemente numa família de imigrantes portugueses pobres, situação que iria agravar-se com a morte de seu pai (um tenente do baixo escalão do exército) ainda na infância, e depois de sua mãe (dona de casa), quando o escritor estava na mocidade e teve que assumir a guarda dos irmãos mais novos e responsabilidades domésticas (Rebelo, 1973, pp. 9-10). Foi, portanto, pelos esforços da mãe e da pensão deixada pelo pai que chegou a cursar o ensino primário e secundário, passou pela Academia de Belas-Artes e, quando Josefina Maria de Almeida deixou os quatro filhos, ele tinha acabado de se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1848).

Com esse breve itinerário biográfico do escritor quero mostrar que, apesar da origem humilde, ele escolheu seguir o caminho mais convencional e estabelecido pela elite brasileira: a busca do prestígio por meio do título de bacharel. Mas, diferentemente da maior parte dos estudantes das faculdades brasileiras, de Medicina e de Direito, Manuel Antonio de Almeida precisava trabalhar para sustentar a si mesmo e aos irmãos. É nesse momento que o jovem de 19 anos ensaia algumas produções literárias, como poesias em periódicos da época, e investe em traduções para a *Tribuna Católica*. A competência literária resultou num convite para colaborar na redação do *Correio Mercantil*, de onde sairá depois de 1856, para ocupar o cargo de administrador da Tipografia Nacional.

Sobre o *Correio Mercantil* e a origem do romance *Memórias de um sargento de milícias*, contam os biógrafos que a inspiração veio de um homem já idoso, que prestava serviços à redação e que tinha sido um sargento reformado das milícias comandadas pelo Major Vidigal, o mesmo que dá nome ao personagem do romance. Esse sargento chamava-se Antonio César Ramos e teria sido uma das inspirações do jovem escritor-jornalista (Andrade, 1974, pp. 128-129; Rebelo, 1973, pp. 10-11). Ele também poderia ter se inspirado em cenas de sua infância e juventude, principalmente no que se refere à origem pobre e à dificuldade de se aplicar aos estudos sistematicamente, ou mesmo “investir” na carreira de bacharel em medicina, buscando por meio de favores algum cargo público dentro do Império. Em vez disso, teve que se arranjar em diferentes ocupações literárias (poesias, traduções, libretos, etc.) para custear sua sobrevivência (Andrade, 1974, pp. 125-126). Tais soluções acompanhariam o escritor durante toda a existência:

uma figura relativamente marginal procurando, sem muito sucesso, uma vaga no *establishment* da época: até o fim da vida, segundo os resíduos documentais conhecidos, MAA [Manuel Antônio de Almeida] [interpolação adicionada] procurou segurança econômica por meio da prestação de serviços intelectuais. (Jarouche, 1997, p. 46)

Tendo em vista essas experiências pessoais, posso deduzir que a linguagem irônica e satírica construída na narrativa, além das explicações estilísticas dadas, guarda vínculos também com dificuldades enfrentadas pelo escritor: a necessidade de trabalhar para sobreviver, a obrigação de obter o título de bacharel sem nenhum fim prático e, sobretudo, um possível descontentamento com a ideologia dos círculos dirigentes, fundada nas relações de favor, em lugar da competência, e na valorização do elemento estrangeiro, e não do homem branco, brasileiro e livre. Digo isso porque Almeida, mais do que qualquer outro escritor romântico brasileiro, mesmo tendo adotado como princípio de vida alguns valores e opiniões da elite brasileira – como a educação superior como elemento de diferenciação social –,³² encontrou muitos obstáculos para ocupar alguma posição nessa sociedade, sofrendo muitas vezes com a falta de emprego (conforme vimos em suas cartas), conseguindo ascender socialmente somente no final da vida, ainda que numa posição intermediária, como Segundo Oficial da Secretaria da Fazenda.

³² Na sociedade carioca, a ideologia dos círculos dirigentes era defender o ensino superior, visto como um elemento de prestígio e diferenciação social. Isso porque houve no Brasil, no século XIX, um momento em que a ascensão social esteve relacionada ao diploma de bacharel. Cursar Direito e/ou Medicina e obter o título de bacharel eram, portanto, condição *sine qua non* para adquirir uma posição dentro das carreiras do Estado (Adorno, 1988).

A educação não podia representar, para o escritor, o prestígio que representava para os círculos dirigentes ou para um apêndice da sociedade onde encontramos o tipo caixeiral do oficial de justiça ao comerciante de balcão. Sua competência intelectual e artística quase não resultou em nada, e o escritor parecia já reconhecer isso em sua juventude, quando, nas suas *Memórias de um sargento de milícias*, figurou a questão da educação com bastante humor e descrença, pois não representava nada socialmente para os donos do poder. Morreu aos 30 anos de idade num naufrágio, e aquilo que preconizou para o herói da sua história, um final “feliz”, não conheceu.

Como vemos, entre a multidão dos homens livres, o acesso à educação e a oportunidade de trabalho eram apanágio do tipo caixeiral, do oficial de justiça ao comerciante de secos e molhados, os mesmos que são tratados com ironia nas *Memórias* por causa das suas vantagens no Império, situação que o próprio autor do romance experimentou muito pouco.

A sátira, e, conseqüentemente, o humor, a ironia, a caricatura social e a tonalidade coloquial, são muito visíveis nas *Memórias de um sargento de milícias*, uma das principais manifestações literárias de cunho popular dentro do Romantismo – o que permitiria inserir o escritor no rol daqueles que “revolucionaram” as letras brasileiras com sua autenticidade e espontaneidade nacional.³³ E por meio dessa obra o escritor expõe sua personalidade, seu *ethos* de escritor-jornalista, ocupado em satirizar no rodapé do jornal “o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX” (Candido, 1993a, p. 45). Seu alvo são os personagens tipicamente lusos, a maioria figurados como imigrantes portugueses e descendentes, aos quais o escritor se dirige ironicamente, recriando parte daquela mentalidade antilusitana característica do período, que serve de parâmetro para criticar, especialmente, o tipo caixeiral.

Outra situação na qual seus personagens são expostos é relativa à questão do trabalho e da ociosidade.³⁴ As posições, as ocupações e sua antítese são características nas *Memórias*: começando pelo título, que evoca a função de sargento de milícias, seguindo pelos primeiros

³³ Apesar de os escritores românticos nunca terem sido objeto de prestígio na obra de Gilberto Freyre, ele elogia os escritores e artistas “que têm revolucionado as letras e a vida no Brasil, no sentido não só da autenticidade como da espontaneidade na criação intelectual ou cultural”, e Manuel Antonio de Almeida pode ser contemplado com estes pressupostos (Freyre, 2000, p. 236).

³⁴ Edu T. Otsuka interpreta o problema do trabalho nas *Memórias* a partir da questão das rixas, que segundo ele nascem desse descontentamento com as relações de favor e dificuldade de sobrevivência dos homens livres durante o Brasil Império (Otsuka, 2008a, pp. 01-06). O mesmo ponto aparece num dos capítulos da sua tese de doutorado (Otsuka, 2005, pp. 65-90).

momentos do romance, em que são figuradas as profissões de meirinho (primeiro-caixeiro), depois de barbeiro, de juiz, de padre, etc., alcançando sua antítese com a ociosidade e os favorecimentos do herói do romance, o *ethos* do trabalho é uma das expressões da narrativa. E por quê? Talvez a resposta esteja no fato de o escritor ter “experimentado cotidianamente a dificuldade de viver com pouco dinheiro” (Lajolo & Zilberman, 2001, p. 80), encontrando no trabalho a condição de sobrevivência, já que não gozava dos prestígios da tutela imperial, que beneficiava, vale repetir, o tipo caixeiral.

Mas a questão aqui é o *ethos* do trabalho do escritor, a valorização da profissão, a crítica ao ócio, ao patrocínio oficial, justamente por participar muito pouco da lógica dos arranjos e dos favores da sociedade brasileira. Almeida, assim como os outros homens livres que necessitavam de trabalho, sofria com a negligência dos círculos dirigentes em relação ao trabalho livre: uma multidão de homens, desde os pobres analfabetos até os pobres letrados, como escritores e jornalistas, que eram lançados à inércia diante da disputa pela sobrevivência.

Durante o século XIX, a elite brasileira nunca se ocupou com a reprodução social da mão de obra livre e interna do País: recorreu, no momento em que o processo da escravidão se enfraquecia (Lei Eusébio de Queirós, que punha fim ao tráfico negro, 1850), também ao elemento estrangeiro, como o imigrante (Alencastro, 1988), deixando o trabalhador brasileiro sem muitos meios de sobrevivência. Esse abandono, por sua vez, talvez resulte na crítica de caráter defensivo e moralista peculiar que Almeida dirige aos imigrantes portugueses nas *Memórias*, na medida em que o elemento imigrante sempre ocupou lugar de destaque na sociedade brasileira e muitas vezes atraiu os investimentos dos círculos dirigentes, o que explica, de um lado, certo ressentimento e, de outro, a ironia em relação ao tipo português que existia no Brasil durante o Império.

Sugiro aqui que as *Memórias* estão tingidas por um *realismo peculiar*, enriquecido por um “eco zombador” em relação aos tutelados ou favorecidos pelos arranjos sociais. Em se tratando de um realismo peculiar, não cabe mais falar em uma *fábula realista* pintada de neutralidade moral (Candido, 1993a, pp. 43-54); ao contrário, o meio estilístico do realismo de Manuel Antonio de Almeida é a ironia e, conseqüentemente, seu valor moral é peculiar e cuidadosamente pautado por uma mentalidade nacional do tipo antilusitana presente naquela sociedade.

Aliás, se quisermos falar em fábula, poderíamos sugerir que, em Almeida, considerando o forte elemento cômico, há traços da fábula *milesiaca*.³⁵ Foi Mário de Andrade que reconheceu elementos de Petrônio e da fábula *milesiaca* nas *Memórias* (Andrade, 1974, p. 137), porque há ironia (como resultado de uma mentalidade crítica sólida, mas ao mesmo tempo tipificante), elementos mágicos (no caso das *Memórias*, próprios do folclore), erotização e uma linguagem brincalhona, estilizada e popular – não no sentido de popular como algo livre da influência erudita. Trata-se, portanto, de um romance-folhetim que expõe uma visão defensiva e, ao mesmo tempo, estilizada e perspectivista da vida em sociedade, na medida em que usa da ironia para dissimular certos pensamentos sobre determinada camada da população – em especial, o personagem português – e toma isso como um parâmetro para construir certos juízos sobre ele.

Nessa chave, para Mamede Mustafa Jarouche (1997, p. 170) as *Memórias* filiam-se à linhagem do *ridendo castigat mores*, inclusive por “castigar” o elemento português no romance. Enquanto para Edu Teruki Otsuka (2005, p. 31), nas *Memórias* não se trata de uma sátira que visa corrigir os costumes (*ridendo castigat mores*), mas de uma ironia maliciosa que é indiferente a qualquer norma preestabelecida. Concordo com Mamede acerca do antilusitanismo, mas não em relação ao seu uso como expressão do *ridendo castigat mores*. Faço essa afirmação por considerar que a tonalidade presente nas *Memórias* não é do moralismo seiscentista, mas está mais próxima de uma ironia maliciosa, de que fala Otsuka. Entretanto, partindo das reflexões de Candido e Schwarz, esse autor considera a ironia como resultado de uma suspensão moral. De minha parte, considero que a ironia é um gênero de valor moral, o que me faz discordar da existência de neutralidade ou suspensão moral nas *Memórias*, ainda que o argumento seja poderoso. Penso simplesmente a moral em Almeida como um valor peculiar, algo que o escritor insinua, depois deixa emergir e brilhar *per se* ao introduzir o elemento português e configurar o que estamos chamando de uma feição literária do antilusitanismo. Reitero a lição de Erich Auerbach sobre a ironia como um gênero moral (Auerbach, 2001, pp. 192-193).

– Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 anos); é preciso que aprenda alguma cousa para vir um dia a ser gente.

³⁵ Numa outra direção, Antonio Candido (1993a, p. 29) enxerga o cômico em Manuel Antonio de Almeida como uma das linhagens que remonta a La Bruyère, embora haja outras fontes também, como a literatura satírica portuguesa.

Recupero essa passagem do romance citada há pouco para finalizar o comentário textual, discutindo o que foi indicado um pouco antes sobre a educação ser regida pela idade da criança como um fator biológico.³⁶ Significa duas coisas: primeiro, que a chegada do tempo escolar representa uma das etapas “naturais” dentro da evolução do personagem-tipo; segundo, esse traço evolutivo contribui na organização da narrativa em estágios, haja vista que Manuel Antonio de Almeida escolhe um processo padrão de construção do herói da história, apresentando a origem, o batizado, a chegada da idade escolar e assim por diante – tal construção ajuda a dar organicidade e unidade à obra publicada aos pedaços no rodapé da primeira página do *Correio Mercantil*. Nessa chave, o personagem Leonardo aparece representado em cada estágio de sua vida de forma completa ou integrada, embora, em alguns momentos, carecendo de certas correções, por conta de pequenos desvios de conduta. Isso faz dele uma “personalidade singular” (Simmel, 2006), ou melhor, um personagem singular e forte, ponto de cruzamento de toda a história, o que nos permite atribuir a ele a característica de gênio malandro, um anti-herói, certamente, mas que tinha suas grandezas.

Sobre a questão da idade, especificamente, a meninice era um fator decisivo dentro da economia caixeiral, na qual se insere também seu pai, transformando crianças imigrantes em homens trabalhadores livres no Rio de Janeiro. Ao evocar a idade de Leonardo e vinculá-la à masculinidade como traço da vida adulta – “Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 anos)” –, Manuel Antonio de Almeida repassa um costume das famílias de emigrantes, que viam os meninos como mão de obra, que emigravam para o Brasil para trabalhar como caixeiros. Essa situação, diga-se de passagem, o próprio escritor vivenciou, tendo sido obrigado a trabalhar quando era bem jovem para ajudar a mãe a sustentar a casa e cuidar dos irmãos mais novos. Nesse sentido, a ironia que desponta aqui parece ter, mais uma vez, alguma relação com a biografia do escritor, com o contexto dos meninos caixeiros, estando tudo isso transfigurado nesse personagem de Almeida, que, no episódio que estou analisando, parece estar diante de um obstáculo, a escola, mas que em breve será superado pela sagacidade e astúcia. A hipótese aqui é que a sina de todo emigrante português (e seus herdeiros) é ser bem-aventurado.³⁷

³⁶ Sobre a idade como fator biológico e a idade escolar como fator social, ver Antonio Candido (1974, pp. 112-113).

³⁷ Como dizia Mário de Andrade (1974) sobre esse personagem das *Memórias*: “é bem um satisfeito que a tudo se afaz sem a menor inquietação. É admirável de estupidez longínqua. ... Não é um homem que se faz por si, os outros é que o fazem por ele, rabo de saia, com quem todas as mulheres de todas as idades se engraçam, lhe

Independentemente das circunstâncias, mesmo as mais adversas, Leonardo é sempre acobertado ou recebe tutela de todos os outros personagens. Não havia, por exemplo, necessidade de atender compromissos ou seguir regras sociais. Mesmo quando submetido a quaisquer exigências, como se transmutar de menino em “homem” e precisar de estudo, de carreira, de ofício, isso era visto como mero acaso da evolução biológica, em que os *arranjos* mais diversos estavam sempre prontos para solucionar alguma situação de apuro da criança. A bem-aventurança estava sempre a sorrir aos emigrados de Portugal e/ou aos seus herdeiros, tanto que o menino-homem será livrado do “castigo” da escola como num passe de mágica. Esse quadro risonho marcado pela tutela lembra uma situação conhecida dos emigrados de Portugal no Rio de Janeiro e eram tutelados pelo Imperador. Explico: aconteceu após a Independência, quando houve uma série de políticas que privilegiavam os imigrantes portugueses e ajudavam a desenvolver o comércio varejista. Nesse momento, os negociantes portugueses passaram a ocupar uma posição social intermediária, detendo o controle do setor comercial-varejista do Rio de Janeiro, constituindo um primeiro grupo de *status* entre os trabalhadores imigrantes portugueses na cidade. Começa se formar nesse momento uma espécie de “classe caixeiral” (Paixão, 2011), consequência do arranjar-se na sociedade carioca.

Nesses termos, parece-me que a referência de Almeida continua sendo o tipo caixeiral: mesmo nas situações em que são forçados a uma situação aparentemente desagradável – como ir à escola, em se tratando de Leonardo –, isso é rapidamente revertido em fator de mudança e benefício:

À custa de muitos trabalhos, de muitas fadigas, e sobretudo de muita paciência, conseguiu o compadre que o menino frequentasse a escola durante 2 anos, e que aprendesse a ler muito mal e escrever ainda pior [...]. Nunca uma pasta, um tinteiro, uma lousa lhe durou mais de 15 dias: era tido na escola pelo mais refinado velhaco; vendia aos colegas tudo que podia ter algum valor, fosse seu ou alheio, comtanto que lhe cahisse nas mãos: um lapis, uma penna, um registro, etc., tudo lhe fazia conta; o dinheiro que apurava empregava sempre do pior modo que podia.

Estamos no capítulo XIII, e o personagem, definitivamente, não vai levar jeito para a escola, nem se esforçará para isso, permanecendo ali insignificantes dois anos, com o detalhe de que sua saída não resultará em nenhuma represália pelo Compadre ou mesmo em prejuízo ao seu futuro: devo adiantar que o sucesso de Leonardo no romance não depende de seu

forneem espontaneamente pão, guarida, amor, sacrifício e aquelas eternas especulações de empenhos e cartuchos com que o macho apenas de corpo se livra de castigos e trabalhos e atinge os seus galões de sargento no fim” (p. 135).

compromisso com os estudos ou de sua vocação para o trabalho, mas do “arranjar-se”, como aconteceu com o seu padrinho e seu pai. Isso indica que a educação primária termina não representando nada para os personagens, ficando subentendido que a instrução não tinha nenhuma significação social nas *Memórias de um sargento de milícias*.

Nas *Memórias*, portanto, a escola primária não passa de um fator natural, uma simples etapa da vida, podendo ser ultrapassada conforme novas necessidades de Leonardo fossem surgindo. Domina a natureza pessoal e aventureira da criança, que vai decidir todas as coisas, embora sejam os outros que façam tudo por ela. Por essa razão, o que rege os acontecimentos e as coisas nesta passagem das *Memórias* não é a sociedade da época, nem a vontade do grupo social ao qual pertence o menino, como a família e os vizinhos: é a vontade pessoal de Leonardo filho que confere ação a todas as coisas, elevando ao máximo o papel do personagem-tipo na construção da ordem ou da desordem dentro da narrativa, sem que isso esteja despojado de valores morais.

Não há nenhum estranhamento sobre o fato de Leonardo decidir o caminho que quer seguir, passando longe da escola – até porque o personagem vai arranjar-se independentemente dos estudos ou de qualquer esforço ou vocação profissional. O que é estranho, na verdade, é seu efeito: o riso anônimo que essa situação da escola produz também revela o estatuto moralmente peculiar inscrito nas *Memórias*.³⁸

O tema da educação recebe tamanho tratamento satírico que beira à mofa, quando o narrador ridiculariza a capacidade de Leonardo filho de aprender alguma coisa ou de se comportar: primeiro, porque expõe que o menino tem mais vocação para o comércio do que para o estudo; segundo, porque nessa passagem que acabamos de ler, as travessuras e as vadiagens do menino atingem o auge da desordem, aparece a criança deixando a escola para ir aprontar em outro lugar, na igreja. E, ao mostrar essa situação representativa da vocação de Leonardo filho, o narrador insinua que tal habilidade já era algo de se esperar de um menino de ascendência portuguesa; afinal, a profissão de comerciante era considerada uma ocupação tipicamente lusitana, sendo o ofício de caixeiro um dos mais conhecidos no Brasil oitocentista. Como vemos, o menino tinha mais vocação para comerciante do que para clérigo, o que parece natural a um desterrado. Contudo, essa habilidade para a venda, já na infância, não aparece aqui como virtude, mas como motivo de riso pelo narrador, o que não causa espanto,

³⁸ “ pelo riso anônimo que produz, uma literatura diz o seu próprio estatuto” (Certeau, 2008, p. 60).

pois lidar com dinheiro era coisa do tipo caixeiral-comerciante, independente da idade. O envolvimento com o dinheiro era coisa de comerciante português e emigrante, que vinha para o país sonhando em mexer com as moedas, com os negócios, terminando por lucrar numa terra onde poucos pareciam saber dominar a arte monetária.³⁹ Nisso consiste outra manifestação da ironia e também da comicidade de Almeida: construir um personagem que, nesta altura da vida, já conseguia fazer uso do dinheiro para realizar as suas aventuras. A linguagem abusiva e o tratamento “moralista-tipificante” (Auerbach, 2001, pp. 325-327) marcam essa passagem: primeiro, porque se está sugerindo que todo português já nasce sabendo lidar com o dinheiro, algo que viria com sua própria natureza, cuja vocação seria a ousadia para os negócios; segundo, porque o parâmetro é rebaixar a figura do português que se arranja em qualquer situação, mesmo nas mais adversas. Trata-se, aqui, de uma consciência perspectivista de determinada situação, em que um tipo específico, o caixeiro, ou melhor, o seu herdeiro – afinal se trata do filho do primeiro-caixeiro Leonardo Pataca –, consegue sempre alcançar algum privilégio.

Manuel Antonio de Almeida, assim como outros escritores, teatrólogos, jornalistas, os representantes das camadas dos letrados da sociedade carioca, ajudou a criar, no século XIX, uma caricatura do imigrante português, uma das manifestações do antilusitanismo. Fez isso de maneira cômica, engraçada, tipificante.⁴⁰ Contudo, ao tipificar os caixeiros, Manuel Antonio de Almeida, ao mesmo tempo em que expunha a lógica da malandragem provocando o riso, concordava que essa era a estrutura existente, tanto que dá ao personagem malandro e filho de português um final feliz. Vale lembrar que atenuar as tensões também faz parte da ironia como um gênero moral e defensivo.

Estudar é um fardo, a escola é um castigo, o aluno é um vadio, o malandro é filho de português, mas será bem-sucedido na vida: eis uma manifestação da cultura nacional no romance de Manuel Antonio de Almeida, em que também aparece exposta a questão dos

³⁹ “A profissão de caixeiro era bastante valorizada nos compêndios de comércio da época. Os autores, quase sempre informados pelo liberalismo europeu, estariam muito interessados em conceber um melhor *status* às atividades mercantis, veiculando o princípio liberal de que só o comércio enriquece uma nação. Acreditavam que só o conhecimento preciso de escrituração, das operações de câmbio, das moedas estrangeiras e das operações de crédito é que levaria o comerciante pátrio a se equivaler aos das nações por eles consideradas mais adiantadas, como Inglaterra e França. *Daí a consideração elevada em que tinham os caixeiros*, que viam como herdeiros dos negócios, já com os requisitos considerados indispensáveis ao bom comerciante [ênfase adicionada]” (Martinho, 1993, p. 38).

⁴⁰ Sobre os estereótipos e caricaturas do século XIX ver o artigo de Ana Luiza Martins (2011, pp. 519-534).

arranjos sociais, mas tudo restrito a uma única camada da sociedade, os homens livres pertencentes ao comércio, eles mesmos personagens de ficção.

Trabalho e educação, ambos sinônimos de esforço pessoal e de trocas de favores, terminam sendo motivo de sátira, quando conhecemos estes personagens de Almeida. Trata-se, portanto, do *ethos* caixeiral, que inspira Manuel Antonio de Almeida a elaborar uma crítica perspectivista sobre o tipo médio português do Rio de Janeiro.

A comicidade, o riso e a ironia eram algo a se esperar de um escritor colaborador da “Pacotilha”, do *Correio Mercantil*, que não era uma seção conhecida apenas por seu teor político, mas também satírico (Jarouche, 1997, pp. 91-134 e pp. 135-316; Jarouche, 2007, pp. 13-59; Sodré, 1999, p. 190). Além disso, penso que, ao se valer da vertente humorística e debochar de tudo o que era caro aos imigrantes portugueses, Almeida podia estar lamentando-se, nas entrelinhas do seu texto, acerca da predominância da malandragem, bem como das poucas oportunidades de trabalho livre que existiam, que eram ocupadas por imigrantes bem-aventurados. Sofriam no Brasil Império os trabalhadores livres, como ele próprio, um jovem que necessitava de emprego e de favores para sobreviver.

Manuel Antonio de Almeida está entre esses homens que sentiram o peso dos favorecimentos e arranjos dirigidos a determinados grupos em detrimento de sua casta infeliz de escritor, por isso seu antilusitanismo é uma reação genuína composta de camadas de julgamentos contra o tipo caixeiral. Tais juízos, reforço, é o que conferem valorização moral à obra.

Combinando os sentimentos do escritor com a linguagem satírica empregada nas *Memórias*, Almeida reconstruiu uma moldura antilusitana em seu romance, isto é, recriou determinada atmosfera social oitocentista, revelando compreender a dinâmica do seu tempo, em que alguns tipos sociais são favorecidos, enquanto outros não. As *Memórias* são, portanto, fruto de uma atitude antilusitana em construção numa determinada sociedade, uma espécie de julgamento que Manuel Antonio de Almeida participa e ajuda construir na forma de um romance-folhetim moralmente peculiar.

Por isso, satirizar o funcionamento da sociedade brasileira, inserindo o elemento português como um tipo pequeno-burguês bem-aventurado e cômico, é a *forma social* que o escritor encontrou tanto para expor parte do funcionamento da sociedade da época, através de

tipos sociais bem definidos, quanto para parafrasear sua própria dificuldade de viver nessa mesma sociedade.

Educação e trabalho não possuem nenhuma significação social no romance-folhetim de Manuel Antonio de Almeida. É uma representação social do passado transmitida a cada geração de leitores dessa importante obra da literatura brasileira que precisamos manter viva e atuante. Afinal, ela denunciou hábitos, convenções, imagens, de uma típica sociedade canhestra e moralizante, que precisa ser sempre compreendida e atualizada.

Referências Bibliográficas

- Adorno, S. (1988). *Os Aprendizages do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adorno, T. W. (2009). Introdução. In *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Alencastro, L. F. de. (1988, julho). Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos estudos CEBRAP*, 21, 30-56.
- Andrade, M. de. (1974). *Aspectos da literatura brasileira* (5a ed., p. 137). São Paulo: Martins.
- Auerbach, E. (2001). *Mimesis* (4a ed., p. 192). São Paulo: Perspectiva.
- Candido, A.(1970). Dialética da Malandragem caracterização das Memórias de um sargento de milícias. *Revista do Instituto de estudos brasileiros*, 8,67-89. Retirado em fevereiro 2015, de: <http://www.educacional.com.br/upload/dados/materialapoio/580001/8384666/Artigo%20-%20Dial%C3%A9tica%20da%20malandragem%20%28Antonio%20Candido%29.pdf>
- Candido, A. (1974). A estrutura da escola. In L. Pereira, & M. M. Foracchi. (Orgs.), *Educação e sociedade* (6a ed., pp. 112-113). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Candido, A.(1993a). Dialética da malandragem. In *O discurso e a cidade* (pp-123-152). São Paulo: Duas Cidades.
- Candido, A.(1993b). De cortiço a cortiço. In *O discurso e a cidade* (pp-19-54). São Paulo: Duas Cidades.
- Candido, A. (1993c). *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades.
- Candido, A.(2001). *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.
- Certeau, M. de (2008). “Cada um” e “ninguém”. In *A invenção do cotidiano* (p.60). Petrópolis-RJ: Vozes
- Chalhoub, S.(1986). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.
- Debret, J.B.(1978a). Interior de uma residência de ciganos. In *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (p. 263 – Prancha nº 24). Belo Horizonte-MG: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

- Debret, J. B. (1978b) *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (Tomo I e II, Sergio Milliet, trad.). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Faoro, R. (2001). *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (4a ed.revista). São Paulo: Globo.
- Fragoso, J., & Florentino, M. (2001). *O arcaísmo como projeto*. São Paulo: Record.
- Freyre, G. (2000). A literatura moderna no Brasil considerada em alguns dos seus aspectos sociais. In *Novo mundo nos trópicos* (p. 236). Rio de Janeiro: Topbooks.
- Goto, R. A. (1988). *Malandragem revisitada (uma leitura ideológica de dialética de malandragem)*. Campinas-SP: Pontes.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (2a ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Holanda, S. B. de (1982). Trabalho e aventura. In *Raízes do Brasil* (15a ed., pp-41-70). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Holanda, S. B. de (1995). Brasil-Portugal. In *O Brasil monárquico: declínio e queda do Império* (5a ed., p.211, tomo 4). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jarouche, M. M. (1997). *Sob o império da letra: imprensa e política no tempo das Memórias de um sargento de milícias*. Tese de Doutorado na Área de Literatura Brasileira, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Jarouche, M. M. (2007). Introdução: Galhofa sem melancolia: as Memórias num mundo de Luzias e Saquaremas. In *Manuel Antonio de Almeida, Memórias de um sargento de milícias* (3a ed., pp. 13-59). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Lajolo, M., & Zilberman, R. (2001). *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*, São Paulo: Ática.
- Lustosa, I., & Triches, R. (2011). O português da anedota. In I. Lustosa (Org.), *Imprensa, humor e caricatura* (pp. 251-269). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Martinho, L. M. (1993). Os caixeiros como grupo socioprofissional. In L. M. Martinho, & R. Gorenstein. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência* (parte 1). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

- Martins, A. L. (2011). Desenho, letra e humor: estereótipos na caricatura do Império. In I. Lustosa. (Org.), *Imprensa, humor e caricatura* (pp. 519-534). Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Martins, W. (1977). *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo.
- Mendes, J. A. S. R. (2007). *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822/1945)* (p. 82). Tese de Doutorado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo,
- Merquior, J.G. (1979). *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira – I* (2a ed.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Monteiro, P. M.(2004). *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo; FAPESP.
- Ortiz, R.(2003). *Notas sobre as ciências sociais no Brasil. In Ciências Sociais e trabalho intelectual* (p. 188). São Paulo: Olho d'água.
- Otsuka, E. T.(2005). *Era no tempo do rei – a dimensão sombria da malandragem e a atualidade das Memórias de um sargento de milícias*, Tese de Doutorado, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.
- Otsuka, E. T.(2008a). A questão do trabalho nas Memórias de um sargento de milícias. In *XI Congresso Internacional da ABRALIC: tessituras, interações, convergências* (pp.01-06). USP, São Paulo, Brasil. Retirado em setembro de 2015, de:<
http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/anaisonline/.../edu_otsuka.pdf>
- Otsuka, E. T.(2008b, set./out.) Rixas no tempo do rei. *Revista da USP*, 79. Retirado em setembro de 2015, de <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S010399892008000400013&script=sci_arttext#top4>.
- Paixão, A. H. (2011). Um público para a literatura oitocentista no Brasil: o exemplo dos emigrantes portugueses do Rio de Janeiro em 1860. *Revista Escritos*, V (Fundação Casa de Rui Barbosa).

Paixão, A. H.(2012). *Elementos constitutivos para o estudo do público literário no Rio de Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Rebelo, M.(1973). *Para conhecer melhor Manuel Antonio de Almeida*. Rio de Janeiro: Bloch.

Schwarz, R.(1987). Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’. In *Que horas são?* (pp. 131-133). São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarz, R.(2000). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34.

Simmel, G.(2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sodré, N. W.(1999). *História da imprensa no Brasil* (4a ed.). Rio de Janeiro: Mauad.

Williams, R.(2003). *La larga revolución* (1a ed.). Buenos Aires: Nueva Visión.

Williams, R. (2011). *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell* (p. 249). Petrópolis,RJ: Vozes.

Submetido à avaliação em 9 de maio de 2015; aprovado para publicação em 1 de dezembro de 2015.